



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

OFÍCIO n° 196/2024- C.M.C.

Cascavel, 22 de maio de 2024.

Ao Exmo. Sr.
Rodrigo Pacheco
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Moção de Apoio

Encaminhamos para conhecimento, Moção n° 11 de 2024 de autoria do vereador Policial Madril /Podemos, a qual foi lida e aprovada pelo Plenário Legislativo desta Casa de Leis em Sessão Ordinária realizada no dia 21 de maio de 2024.

Atenciosamente,



Contador Mazutti
1º Secretário



Alécio Espínola
Presidente



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL

Mazutti
Vereador - 1º Secretário

MOÇÃO Nº 11, DE 2024.

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL

Recebido em 14/03/24

Protocolo

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Cascavel;

A Câmara Municipal de Cascavel, por meio de seu representante legal, subscritor da presente proposição legislativa, nos termos que regem o arts. 157 e 158 do Regimento Interno desta Casa de Leis, hipoteca, após deliberação legislativa, Moção de Apoio a proposta de Emenda Constitucional nº. 45, de 2023, apresentada pelo Senador Rodrigo Pacheco, que altera o art. 5º da Constituição Federal, para prever como mandado de criminalização a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, independentemente da quantidade.

Dê-se ciência desta Moção ao Excelentíssimo Senhor Senador Rodrigo Otávio Soares Pacheco, Presidente do Senado Federal e proponente da presente emenda.

É a Moção, Sala das Sessões.
Cascavel, 14 de março de 2024.

P. Mazutti
PoliciaI Madril
Vereador/PODE

Exposição de Motivos:

O presente projeto prioriza a saúde como um direito fundamental garantido pela Constituição Federal.

Considerando que a saúde é dever do Estado, cabe a este implementar políticas públicas para prevenir e combater o abuso de drogas, visando à preservação da saúde dos cidadãos brasileiros.

Diante disso, qualquer discussão que fomenta o uso de drogas, como entender que a posse de drogas em pequenas quantidades com a finalidade de uso é permitida pelo Estado, vai na contramão das diretrizes constitucionais citadas acima.

A legislação infraconstitucional, representada pela Lei nº 11.343/2006, estabelece penalidades para o tráfico e o porte de drogas para consumo pessoal.

Discute-se no Supremo Tribunal Federal (STF) a constitucionalidade do artigo 28 da Lei Antidrogas, que conta atualmente com alguns votos favoráveis.

Diante disso, salutar a presente proposição, cujos substanciosos motivos que o embasam falam por si só, pois reforça, agora no texto constitucional, a vontade da população, por meio de seus representantes eleitos, em manter a criminalização do porte ou posse de drogas sem autorização legal.

Por tais razões, hipoteco apoio integral e irrestrito à proposição legislativa.

